

AS ILUSÕES DO ESTADO: DO SINDICALISMO DE ESTADO AO PROPOSITIVO E COGESTOR COMO FATOR DESMOBILIZADOR DAS CLASSES TRABALHADORAS

Valena Ribeiro Garcia Ramos¹²

Rômulo de Souza Castro¹³

RESUMO

Neste artigo, analisamos a crise atual do sindicalismo a partir do estudo da luta sindical das/os trabalhadoras/res do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) na última década. Demonstrando o quanto esta crise se relaciona não apenas às impossibilidades do sindicato de apresentar respostas à fragmentação da classe trabalhadora oriunda dos processos atuais de reorganização produtiva do capitalismo e do individualismo exacerbado próprio à gestão neoliberal da vida. Mas, ao mesmo tempo, também se relaciona aos efeitos desmobilizadores de um sindicalismo propositivo de hegemonia social-democracia a partir dos anos 1980. Este sindicalismo sobrevive mantendo-se articulado às ideologias de um Estado neutro, da política representativa, da centralidade das eleições burguesas, do sindicato de Estado e cogestor das políticas públicas e do populismo, que a depender da cultura organizacional do local de trabalho pode se apresentar como um aspecto muito mais desmobilizar da luta sindical.

PALAVRAS-CHAVE

estado; crise do sindicalismo; hegemonia social-democrata; desmobilização; representação política.

¹² Professora de Sociologia no Ensino Médio Integrado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Doutorada em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi diretora da Associação de Docentes do CEFET-RJ (ADCEFET-RJ), entre os anos de 2019 e 2021 e, atualmente, é membro-militante do Sindicato Autônomo Geral do Rio de Janeiro (SIGA-RJ), filiado a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB).

¹³ Professor de Sociologia no Ensino Médio Integrado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA-UFRRJ. Atualmente é Presidente da Associação de Docentes do CEFET-RJ (ADCEFET-RJ) e membro-militante do Sindicato Autônomo Geral do Rio de Janeiro (SIGA-RJ), filiado a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB).

ABSTRACT

In this article, we analyze the current crisis of unionism based on the study of the union struggle of the workers/res of the Federal Center of Technological Education Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) in the last decade. Demonstrating how much this crisis is related not only to the union's inability to present answers to the fragmentation of the working class arising from the current processes of productive reorganization of capitalism and the exacerbated individualism typical of the neoliberal management of life. But, at the same time, it is also related to the demobilizing effects of a propositional unionism of social-democracy hegemony from the 1980s onwards. This unionism survives by remaining articulated to the ideologies of a neutral State, representative politics, the centrality of bourgeois elections, from the state union and co-manager of public policies and populism, which, depending on the organizational culture of the workplace, can present itself as a much more demobilizing aspect of the union struggle

KEYWORDS

state; crisis of unionism; social democratic hegemony; demobilization; political representation.

INTRODUÇÃO

O artigo pretende analisar a crise atual do sindicalismo a partir do estudo da luta sindical das/os trabalhadoras/res do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) na última década, e demonstrar o quanto esta crise se relaciona não apenas às impossibilidades ou mesmo incapacidades do sindicato, enquanto organização coletiva, de apresentar respostas à fragmentação da classe trabalhadora oriunda dos processos de reorganização produtiva do capitalismo pós guerra, ocorrido mais intensamente depois da crise do capitalismo da década de 1970, mas que se encontra também associada à percepção sobre o Estado, a política, o fazer política e o papel do sindicato, tal como ao individualismo.

23

Ao passo que, o estudo de caso proposto contribuiu para o entendimento da articulação de aspectos gerais da crise do sindicalismo com circunstâncias locais que indicaram o quanto uma cultura local (organizacional e administrativa) associada ao dilema da construção de uma identidade menos pautada na do trabalhador e mais na de funcionário público e, ao mesmo tempo, a uma prática laboral encarada como cogestora do Estado, podem aprofundar as dificuldades de mobilização e organização coletivas das/os trabalhadoras/es.

Considerando aspectos micro locais e macroestruturais desta crise, também observamos o quanto as ilusões que as classes trabalhadoras depositam numa concepção liberal e anti-materialista de Estado, que o concede como entidade neutra e capaz de se situar acima das diferenças de classes e de forma quase “natural” representar o conjunto da população, permite-nos afirmar que as dificuldades de mobilização sindical se relacionam à determinada história do desenvolvimento do sindicalismo atrelado ao Estado e à cultura política que atribui centralidade às eleições para o estado burguês como prática política.

Iniciaremos discorrendo sobre o método de pesquisa e os artefatos etnográficos (documentos analisados, acontecimentos e processos políticos) que subsidiaram as

análises e a razão da escolha do período a ser priorizado. Depois, apresentando de forma breve o local de trabalho e a estrutura e história do movimento sindical do setor da educação federal, situaremos o leitor no contexto em que se desenrola a trama de acontecimentos, relações e lutas políticas que serão analisadas. Por fim, apresentaremos a análise em si e a nossa tese central acerca das dificuldades da luta e mobilização sindical no Cefet/RJ e de que maneira expressam os dilemas de um tipo de sindicalismo de estado, populista e de natureza social-democrata a nível estrutural e de uma determinada cultura a nível local.

QUANDO A MILITÂNCIA VIRA OBJETO DE REFLEXÃO ACADÊMICA

24

Através da participação observante, os autores se propõem a analisar os processos e acontecimentos políticos que marcaram a luta sindical em uma década, de 2012 a 2022. A participação observante é um método da pesquisa antropológica que considera a situação em que os pesquisadores assumem posições sociais no universo a ser investigado e, por conta disso, apresenta uma adequação dos procedimentos e da condução da pesquisa.

A análise antropológica aqui realizada rompe com alguns elementos do modelo clássico e ideal de etnografia que, segundo terminologia adotada por Marcus (2009), se baseia na *mise-en-scène malinowiskiana*, principalmente no que se refere à: 1) relação entre etnografia e universo social de análise e, 2) aquela entre pesquisador e pesquisado.

Considerando efeitos desta ruptura, a produção antropológica realizada pelos autores foi marcada por uma condição específica que produziu efeitos sobre os seus resultados - a situação etnográfica em que o pesquisador se encontra inserido no universo analisado estando situado em certas posições deste campo da prática social - a de professores e a de militantes sindicais.

Ainda não houve avanço suficiente para delimitar certos acordos e preceitos mínimos que possam dar conta das

situações etnográficas recentes, de quando nós antropólogos nos tornamos o outro, para utilizar a expressão elaborada por Durhan (1986). Mas ainda assim, é fundamental elucidar os procedimentos teóricos e metodológicos que devem ser adotados para se manter o rigor científico nestas situações.

No Brasil, por exemplo, há uma forte tendência à realização de pesquisas antropológicas demandadas por diferentes sujeitos sociais, vinculados aos movimentos sociais (indígenas, quilombolas e sindicais), às instituições do Estado, às organizações não governamentais (ONGs) e às igrejas que investem na constituição de uma relação de cumplicidade entre eles e o pesquisador. Além dessas situações, destacam-se ainda os estudos sobre a própria sociedade do antropólogo, configurando uma antropologia at home, bem mais comum à atuação dos antropólogos brasileiros (cf. OLIVEIRA, 2009; PEIRANO, (1995); DURHAN, 1986). E, diferente, portanto, de uma antropologia colonizadora, tal como marcou a constituição da própria disciplina.

Entende-se que não existe ciência que não esteja engajada e submersa em conflitos e interesses diversos, porque não está desconectada da vida social. O modelo clássico de etnografia sempre esteve longe de solucionar os efeitos da relação entre o antropólogo e os pesquisados na produção do conhecimento. Principalmente, porque ele, inscrito em estrutura de poder colonial, percebia e colocava o outro em posição de objeto, configurando, desta maneira, a unilateralidade de uma relação assimétrica de poder entre o nativo e o pesquisador, que sob o manto da neutralidade reforçava e naturalizava as relações de dominação. Este modelo ainda permanece como verdades operacionais da pesquisa antropológica, mas os estudos hoje realizados estão bem distantes dele e carecem de novas posturas metodológicas que contemplem o caráter situacional do trabalho etnográfico, explicitando a singularidade e originalidade de cada experiência. Qualquer pesquisa etnográfica está sempre politicamente situada. A simulação de neutralidade reforça políticas conservadoras e relações de poder e dominação (cf. OLIVEIRA, 2009).

No contexto da pesquisa, somos ao mesmo tempo pesquisador e pesquisado, o que não deixa de exigir

procedimentos comuns a toda e qualquer pesquisa antropológica, tal como a postura de assumir que a reflexão aqui contida pretende contribuir para o debate entre os militantes sindicais, ao mesmo tempo, para a produção de conhecimentos que contribuam para rupturas de práticas de dominação e colaboração.

Ainda assim, dois aspectos relacionados à singularidade do trabalho antropológico são por nós adotados: a atitude relativizadora e a participação observante. A primeira é adotada enquanto atitude cognitiva e epistêmica que permite ao pesquisador se esquivar de um olhar, ver e escrever etnocêntrico (cf. CARDOSO, 2009). A segunda rompe com uma perspectiva positivista do conhecimento neutro tornando mais apropriado para as situações em que o pesquisador atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa, exigindo dele maior cuidado para não enviesar a análise e responsabilidade com o grupo pesquisado.

26

Por fim, além da participação observante, recorreremos a análise dos documentos sindicais produzidos pelos diferentes grupos dirigentes, como programas de chapas, balanços analíticos das gestões, notas de repúdios, cartilhas e demais materiais de divulgação da secção sindical que são aqui tratados como “artefatos antropológicos”, uma vez que nos permitem compreender tanto as demandas, disputas, visões de mundo e decisões dos agentes sociais quanto os sentidos e a visibilidade que dão a certas práticas da vida social e como elas ajudam a produzir sujeitos, afetos, modo de sociabilidade, conflitos e vínculos sociais.

AS ETNOGRAFIAS DOS OBJETOS E DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E AS CONEXÕES COM AS “ESTRUTURAS SOCIAIS”.

O CEFET/RJ: celeiro de experiências das políticas públicas para a educação.

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) é uma instituição centenária inaugurada em 1917 como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Tendo um caráter essencialmente assistencialista o seu

propósito era a formação da infância pobre para o mundo do trabalho, menos com uma preocupação efetiva com a formação técnica e mais com o objetivo de afastá-la do mundo do crime e da ociosidade. Em 1940 houve uma mudança no tipo de formação ofertada deixando ser baseada na arte para oferecer outra, de natureza técnica e profissional, acompanhando, assim as políticas de desenvolvimento econômico e industrial do país, e atendendo as demandas de formação técnica para a indústria (BRANDÃO, 1997; 2009a; 2009b). Os cursos de formação superior são mais recentes datados nas décadas de 60 e 70 e surgem com o propósito a seguir:

Quanto a esse período, o que procuramos destacar é a transformação de uma instituição voltada para a formação profissional em nível secundário (ou médio) em uma instituição que passa a incluir um determinado tipo de ensino superior. Essa trajetória, que tornará a própria instituição específica, começa com os cursos de Engenharia de Operação, nos anos de 1960, culminando, nos anos de 1970, com a transformação destes em Engenharia Industrial e, ao mesmo tempo, com a criação e formalização de um outro tipo de ensino superior, os Cursos Superiores de Tecnologia. Em termos institucionais, essas transformações levam à criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs. (Brandão, 2009, pp. 2-3).

27

Atualmente, a instituição compõe a rede federal de ensino técnico e tecnológico que disponibiliza cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes (pós-médio), tecnológicos, de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), com base na tríade ensino, pesquisa e extensão, condição que estruturou tanto a formação dos institutos federais quanto a carreira do professor do ensino básico, técnico e tecnológico, no governo PT e que se estendeu ao CEFETs.

Desde a expansão precarizada da rede federal de ensino nos anos 2000, no contexto da política educacional petista, a instituição passou a contar, além do *campus*-sede Maracanã com mais sete *campi* distribuídos pelo estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença. No ano de 2013, a instituição mudou

do modelo ensino técnico concomitante ao ensino médio para o ensino médio integrado¹⁴

A história particular do Cefet/RJ se confunde com o desenvolvimento das políticas públicas educacionais no país, ao longo dos séculos XX e XXI, e sua relação específica com o ensino técnico brasileiro. Mais ainda, com a própria dinâmica das transformações do mundo do trabalho em nosso cenário, dada sua relevância como celeiro das políticas de educação voltada para as demandas do setor industrial do país (BRANDÃO, 1997; 2009a; 2009b).

Neste sentido, a história do Cefet/RJ refletirá as dinâmicas das relações entre Estado e economia, Estado e educação e capital e trabalho devido à centralidade que teve não só na introdução do ensino técnico no país, mas também na proposição de políticas educacionais voltadas prioritariamente para o setor empresarial. Além disso, haverá internamente uma forte cultura e prática organizacional da cogestão do Estado, aspecto por nós identificado com um dos limitadores da prática e ação sindical.

28

História e estrutura sindical do setor da educação e local.

As/os trabalhadoras/es do Cefet/RJ estão representadas por três entidades sindicais diferentes - a associação dos docentes do Cefet/RJ (ADCEFET/RJ), o sindicato dos trabalhadores da educação do Cefet/RJ (SINDICEFET/RJ) e a associação dos servidores do Cefet/RJ (ASSER). A Adcefet/RJ é uma seção sindical vinculada ao sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior (ANDES), enquanto o Sindicefet/RJ encontra-se filiado ao sindicato nacional dos servidores federais da educação básica e profissional (SINASEFE). A Asser é uma associação recreativa e não se autodeclara como sindicato, ainda que algumas gestões no final da primeira década dos anos 2000 tenham tentado imprimir este

¹⁴ Sobre a implantação do ensino médio integrado no CEFET-RJ, ver BRUNOW, 2017.

caráter a partir de um discurso em contraposição à atuação da Adcefet/RJ. O Sindicefet/RJ encontra-se inativo depois de uma fundação e outra refundação devido às dificuldades de estruturação jurídica e financeira e de mobilização sindical. No entanto, tiveram forte atuação nos primeiros anos de fundação que coincidem com o ascenso tanto da mobilização sindical local quanto nacional. A primeira, durante o movimento paredista em 2012 e outra pouco antes da intervenção federal do governo Bolsonaro no Cefet/RJ ocorrida entre os anos de 2019 e 2021 que foram marcadas também pelas ocupações de escolas, greves gerais e manifestações públicas contra cortes de verbas federais na educação.

No que se refere à estrutura sindical, as/os trabalhadoras/es da rede federal de educação estão representados por três principais sindicatos nacionais - o ANDES, o SINASEFE e a Federação de sindicatos de trabalhadores técnicos administrativos em instituições de ensino superior públicas do Brasil (FASUBRA) - que foram fundados durante a ditadura empresarial militar, nos final dos anos 1970, por fora da estrutura sindical brasileira imposta durante o período varguista, que foi denominada por Boito Jr. (2006) por sindicalismo de Estado, ou depois com a promulgação da constituição federal de 1988.

Certo que o sindicalismo no Brasil surge bem antes, ainda no século XIX, com a luta das/os trabalhadoras/res pretas/os africanas/os escravizadas/os e livres no Brasil, tão esquecidos e negligenciados por uma história eurocentrista, racista e propagadora do mito do trabalhador branco europeu radicalizado, e não unicamente com os movimentos de cunho anarquista de influência italiana (NEGRO, 2016) que também tiveram importância para as lutas sociais do início do século pela redução da jornada de trabalho, salário fixo e outras reivindicações.

No início do século XX já existiam diferentes correntes sindicais. Se destacavam o Sindicalismo Revolucionário, majoritário na organização da Confederação Operária Brasileira

(COB)¹⁵, um pequeno setor anarco-sindicalista, organizado principalmente na Federação dos Portuários de Santos, e um setor chamado de amarelo que conciliava com o Estado e os capitalistas. Tais sindicatos foram fundamentais na organização coletiva das/os trabalhadoras/es e na realização das greves neste período.

No entanto, depois da chegada de Getúlio ao poder em 1930, juntamente com consolidação das leis trabalhistas (CLT) e a criação do ministério do trabalho, configurou-se um tipo de sindicalismo de Estado, isto é: um sindicalismo reconhecido legalmente pelo Estado (registro sindical), com representação única (unicidade sindical), organizado por categorias profissionais ou ramos econômicos (corporativo), de base municipal e com autorização de impor tributos e taxas à categoria (imposto sindical) que levou a exclusão das formas de organização livres e autônomas do período anterior, e que vigora de certa maneira até os dias de hoje.

30

Nesse período, ocorreu a ascensão do Partido Comunista do Brasil (PCB) que se organizou para compor o chamado Bloco Operário Camponês e disputar eleições antes ainda dos anos 1930, inserindo uma tradição no movimento operário brasileiro: a socialdemocrata-comunista. O PCB então vai se configurar, junto aos trabalhistas ligados ao PTB, como a principal força política sindical.

A prática sindical do PCB até o golpe de 1964 se notabiliza pela tentativa de criar, sobretudo, uma estrutura de base por dentro da estrutura sindical. Isso não significa que não tenha procurado, em determinados momentos, intervir paralelamente, principalmente no período de 1948-1952. No entanto, o modelo social-democrata e comunista do PCB também reafirma a centralidade política estatal, em detrimento do sindicalismo reivindicativo e da associação criada pelas/os trabalhadoras/es. Portanto, a prática sindical do PCB estará de acordo tanto com sua teoria a respeito da ação político-estatal

¹⁵ A Confederação Operária Brasileira (COB) foi a primeira confederação sindical do Brasil, fundada em 1908, a partir do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 com base em princípios sindicalistas revolucionários. Seu jornal era A Voz do Trabalhador.

no país, como com as determinações da Internacional Comunista.

No caso da América Latina e dos países da Ásia e da África, havia toda uma ação política dos partidos comunistas, a partir dos anos 1920, de seguir as teses sobre a questão colonial da Internacional Comunista (IC), a Terceira Internacional, no sentido de promover a aliança operário-camponesa e a luta de expansão da revolução socialista. O que não seria diferente no PCB (CASTRO, 2016)

No pós-golpe de 1964 haverá uma atuação clandestina de grupos ligados ao PCB, a igreja católica e a organizações como ALN e Var-Palmares. No final dos anos 1970 e início dos 1980, com a ascensão de movimento de luta no campo, nos locais de trabalho, principalmente nas grandes fábricas e nos bairros que se construiu uma Central Sindical: Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta central faz parte do processo de luta contra a repressão estatal e patronal, desde a tutela estatal até o regime despótico no interior das fábricas. As greves operárias que aconteceram a partir de 1978, no ABC Paulista, foram importantes para o desenvolvimento desse processo. O ciclo de greve de 1978 a 1980 faz parte de um processo de pequenas paralisações quase sempre organizadas pelas comissões de fábricas que contou com a ação de setores progressistas da Igreja estendendo também por outras categorias profissionais. (CASTRO, 2016)

Dentro desse processo, estavam os grupos de diretores sindicais, com destaque para o Sindicato de Metalúrgicos do ABC (SM-ABC) que já se articulam com suas bases sindicais privilegiando o confronto como meio de se fortalecer para as negociações com empresários e o Estado. Assim, houve a confluência de diretores sindicais conhecidos como autênticos, como Lula, do Sindicato de Metalúrgicos do ABC (SM-ABC), João Paulo Pires de Vasconcelos (SM João Monlevade), Arnaldo Gonçalves (militante do PCB do SM Santos) e Hugo Peres (FEMSP), que passaram a fazer oposição à cúpula da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Os autênticos eram um grupo de sindicalistas que, mesmo dentro da estrutura sindical, passaram a atuar de forma mais “autônoma” contrariando os dirigentes sindicais vinculados ao

regime e defendendo a ação grevista para conquista de melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

Também passam a fazer parte da militância alguns setores da igreja, a da Teologia de Libertação e a Pastoral Operária, que se articularam com os sindicalistas autênticos, reivindicando a relação do movimento popular com o movimento sindical, a democracia de base, a autonomia sindical e a organização por local de trabalho. Outro setor que se articula aos autênticos foi o das Oposições sindicais que, em 1979, realizaram o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) e, no ano seguinte, o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES).

Inicialmente os dois partidos comunistas, PCB e PCdoB, participam das primeiras articulações para organização do Congresso da Classe Trabalhadora. No entanto, discordam da formação de uma comissão pró Central Sindical. No entanto, a comissão pró-CUT vai se organizar com o grupo de sindicalistas ligado às oposições sindicais e a Igreja Católica, através da Pastoral Operária e das Comunidades Eclesiais de Base. A igreja propunha a articulação entre movimentos sociais e movimento sindical, defendendo uma Central com participação dos movimentos populares.

Assim, PCB e PCdoB não participaram dos desdobramentos que levaram a CUT, discordando da posição majoritária que tomava o movimento sindical e preferiram continuar aliado das direções pelegas dos sindicatos oficiais no interior da CGT, abandonando o primeiro CONCLAT (CASTRO, 2016)

A CUT representou o nascimento do chamado novo sindicalismo que se organizava por dentro e fora da estrutura sindical de Estado rompendo com o peleguismo e se confrontando com o autoritarismo daqueles tempos. Por assim dizer, criando novos sindicatos ou simplesmente ocupando as direções dos sindicatos da antiga estrutura, mas isto não foi suficiente para extinguir de modelo anterior de sindicalismo, apenas de reformá-lo por dentro permanecendo o essencial que é a dependência em relação ao Estado, visível a partir da necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado,

manutenção da unicidade sindical e, até pouco recentemente, mantendo o imposto sindical. Construindo-se, assim, numa nova relação de tutela por parte do Estado com o movimento sindical. (BOITO Jr, 2006)

O PT e a CUT conceberam como modelo deste contexto o sindicalismo propositivo como uma forma superior de consciência operária, capaz de superar as demandas reivindicativas “sindicalistas” e, com isso, elaborar políticas públicas. A conquista do Estado por meio parlamentar fez com que o sindicalismo atuasse sobre a estrutura de governo por meio da criação de mecanismos de “representação e participação”, especialmente nas conferências e nos conselhos mantidos, recriados ou criados durante o governo Lula. Com isto, foi formada toda uma experiência e saber-fazer sindical de participação nos fóruns estatais em conjunto com empresários na promoção de políticas públicas a serem executadas pelo Estado.

33

O Andes, Sinasefe e Fasubra surgem no bojo das lutas sociais pela redemocratização e do surgimento do novo sindicalismo por fora da lei sindical e com as características apontadas anteriormente. Apesar disto, o Andes é fundado com uma estrutura bastante corporativa representando os docentes das universidades, não tendo representação dos servidores técnicos administrativos e demais trabalhadores da educação, conforme trechos a seguir.

Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN) (...)

O ANDES-SN rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 30, e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho. É um sindicato nacional com seções sindicais nos locais de trabalho. É uma entidade autônoma em relação a partidos políticos. Todas as decisões são deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes. O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória. Ainda sob a pressão do regime empresarial-militar (1964-1985).

(..) Sua estrutura é formada pela diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais, que possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria (...).

O ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais.

E, mais, como pode ser observado nos trechos, no anterior e no outro logo abaixo, o Andes se define por um sindicalismo autônomo, de base e conectado com as lutas das/os trabalhadoras/es em geral, desde a sua origem, mas que se limita a ser um sindicato de intelectuais e o seu papel a pensar a realidade, não para instrumentar as lutas sociais para a emancipação da classe trabalhadora, reproduzindo, portanto, muito mais uma perspectiva de cogestão do Estado que nasce com a experiência do novo sindicalismo cutista:

O ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. Atualmente, o ANDES-SN conta com 11 grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão desses temas.

Por fim, o Andes destaca o papel central dito na luta pela conquista de direitos, principalmente no contexto do seu surgimento em que sindicalismo como um todo ganhava novo fôlego, e não se limitava as ações reativas de hoje, que quando muito se reduzem a minimizar os ataques neoliberais aos direitos sociais e trabalhistas:

Realizações

Nos últimos 35 anos, o ANDES-SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Teve participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 80 (Diretas Já!), anistia aos presos e exilados políticos e pela Constituinte 1986/88. Participou, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que desenvolveu proposições para a Constituinte de 1986-88, apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, no final da década de 90, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE), que reivindicava aumento do orçamento da educação pública. Ainda na

década de 90, o ANDES-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações neoliberais, tanto na educação quanto em outras áreas.

Enquanto o SINASEFE nasceu, em contexto de redemocratização e depois da constituição de 1988 que garantiu a organização e autonomia sindical e o direito de greve, mas com uma estrutura menos corporativa por se propor a representar tanto os técnicos administrativos quanto os docentes das instituições federais de ensino básico. No entanto, não há representação de docentes nem técnicos administrativos das universidades.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) surgiu a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (Fenasefe) no dia 11 de novembro de 1988 – durante o Encontro Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus, realizado em Salvador-BA.

35

O SINASEFE nasceu logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que consolidou o direito de sindicalização dos servidores públicos.

Dez anos após sua fundação, em 1998, o SINASEFE passou a oportunizar a sindicalização de todos os trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal de Educação das instituições de 1º e 2º graus. Esta deliberação foi aprovada no 12º CONSINASEFE, realizado em Manaus-AM.

A partir daquele momento a entidade passou a ir além da sua representação anterior, que se dava apenas na área tecnológica. O SINASEFE se ampliou, tornando-se a entidade classista organizativa e representativa dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal de Educação Básica, Profissional, Científica e Tecnológica – mudança esta que se manteve e vem ampliando o sindicato até os dias atuais.

Ainda que o Andes e Sinasefe tenham o histórico de ruptura com o sindicalismo de Estado, ambos optaram por uma estrutura de representação de categorias profissionais e não por ramo econômico, portanto, de um certo corporativismo, mas também apresentando outros limites próprios de um novo sindicalismo que surge por fora e, ao mesmo tempo, de maneira atrelada à estrutura sindical estadista. Ainda mais, não optaram politicamente por uma reestruturação sindical para se adequar aos dilemas colocados pelos processos de desestruturação do Estado e ajustes fiscais que marcaram boa parte da história do Estado dos anos 1990 para cá. Por exemplo, não se adequaram

à nova composição da classe trabalhadora do setor da educação que passou a ser fragmentada com a terceirização e a extinção de cargos que antes compunham a carreira das/os trabalhadoras/es - porteiro, vigilante, faxineiros etc. Os trabalhadores terceirizados estão excluídos deste modelo, e não se tem nenhuma política que aponte a unificação dos sindicatos como saída, apesar de serem compostos majoritariamente pelos mesmos partidos e forças políticas, menos ainda pela inclusão das/os trabalhadoras/es precarizadas na educação. Fato que, nos remete, mais uma vez não só ao problema da estrutura sindical no país, mas, sobretudo, a concepção de sindicalismo que hoje se hegemoniza.

36

Levando, assim, a ressaltar a seguinte observação, o problema do sindicalismo no Brasil e da sua crise não são apenas derivados de uma estrutura sindical, mas também de determinada concepção de sindicato. E, neste sentido, a partir da história da organização sindical vimos que a estrutura não vem descolada de ideologias. Logo, há uma percepção do sindicato desempenhando o papel de conciliação de classe e de cogestão do Estado, portanto, uma determinada leitura sobre o Estado e o papel da organização das/os trabalhadoras/es nas lutas sociais.

Corroborando com as teses de Boito Jr (2006), no qual o autor enfatiza que alguns dos fatores do sindicalismo de Estado permanecem presentes, apesar dos avanços da constituição de 1988, e que isto se deve, principalmente, à articulação daquela estrutura sindical com o fenômeno do populismo brasileiro. Prossegue, ainda, o autor afirmando que a maioria dos sindicalistas e dos estudiosos acreditam que a estrutura sindical foi extinta com a constituição de 1988 atribuindo esta condição aos movimentos grevistas de massa e ao surgimento da CUT e do PT na década de 1980. Fato que ele discorda, por identificar que a ideologia populista ainda perdura, e que ela tem produzido efeitos desorganizadores sobre o movimento sindical e operário no país, assim como a manutenção do sindicalismo de estado.

Boito Jr (2006) ressalta que o populismo não é um tipo de ideologia conservadora como bonapartismo, mas de caráter

reformista que cria um tipo de fetiche estadista ao definir o Estado como uma instituição capaz de se situar acima das classes e sendo capaz de implementar por sua vontade livre e soberana uma política de proteção aos trabalhadores contra a exploração capitalista. Este fetiche induz o trabalhador à apatia e à desorganização política, fato este que torna o populismo incompatível com o reformismo de esquerda e a perspectiva revolucionária.

No entanto, o autor acima referenciado acredita que o populismo é compatível com a estrutura sindical de estado porque o Estado confere legitimidade e reconhecimento ao sindicato, e este é encarado como capaz de suprir as incapacidades e deficiências dos trabalhadores, tal como defensor ou tutor das/os trabalhadoras/es que não teriam consciência suficiente para se mobilizarem e se organizarem coletivamente.

37

Ousamos discordar da incompatibilidade entre populismo e reformismo de esquerda (social-democrata), quando consideramos o fenômeno do lulismo no Brasil como expressão desta junção e os governos PT por terem sido constituídos por um arranjo policlassistas difuso e complexo e uma prática conciliatória entre as classes e suas frações sociais, condição que não teremos como explorar neste artigo, mas que foi analisada pelo autor em referência¹⁶. Por isto, não atribuímos somente ao populismo o caráter desorganizador do movimento sindical, mas a outros fatores como a hegemonia social-democrata e ao colaboracionismo de classe, “face de uma mesma moeda”, mas também a forma como tais práticas sociais e ideologias se articulam com os processos de conquista e de gestão do Estado, reproduzindo, por seguinte, o mesmo fetiche em relação ao papel do Estado, como foi apontado por Boito Jr (2006).

Importante reforçar, de outra maneira, o que vem sendo elaborado como uma das questões centrais da tese aqui apresentada, que o fetiche do Estado é também compartilhado

¹⁶ Ver BOITO, Jr (2018).

pela social-democracia, e que isso tem um efeito tão ou mais desorganizador das lutas sociais, na medida em que os sindicalistas atuam para estar presentes nas esferas estatais e, assim poderem contribuir na elaboração de políticas públicas, contrapondo-se ao projeto de emancipação da classe trabalhadora e a construção do socialismo, assumindo, muitas vezes, o papel de impedir e controlar as rupturas e dissidências das/os trabalhadoras/es com o sindicalismo social-democrata e colaborador.

Nesse sentido, faz-se necessário recuperar o debate dos anarquistas, ainda no século XIX, sobre as eleições burguesas e os efeitos, limites e desafios que provocam a participação das classes trabalhadoras. Além disso, como o debate dos socialistas sobre o Estado e a revolução social irão reverberar no papel das organizações partidárias e sindicais e, mais especificamente, em que medida podem nos ajudar a pensar o quanto as dificuldades locais de mobilização no Cefet/RJ estão em parte conectadas a tais debates e práticas, ou mesmo como podem nos trazer elementos singulares e novos capazes de nos atualizar sobre os mesmos dilemas - os desafios da organização coletiva da classe trabalhadora.

Assim, recuperamos o debate acima que já estava presente, no final do século XIX, no sindicalismo internacional, mas especificamente na cisão do congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em Haia (1872), quando o movimento operário se dividiu em duas grandes alas: a social-democracia e a anarquista. Bakunin já defendia que era necessário destruir o Estado e fortalecer a luta contra o Estado e pelo socialismo. A participação dos trabalhadores na gestão estatal tenderia a fortalecer ainda mais o poder estatal e enfraquecer a auto-organização proletária, distanciando os trabalhadores da Revolução Social. Nesse sentido, é importante dizer que para o autor russo o poder estatal sempre está fortalecendo a reação, impedindo e dificultando o avanço da revolução.

Segundo Bakunin, a associação entre as/os trabalhadoras/es é fundamental para o desenvolvimento da luta econômica e política, que deveria ser construída visando o boicote ao Estado e a organização de greves, mesmo as parciais que teriam

funções educativas de preparação para uma greve geral e insurrecional, capaz de promover a destruição tanto do Estado quanto da propriedade privada, e que ocorreriam através do método federativo de organização da federação livre das comunas. (BAKUNIN, 2015). Como destaca Silva (2017) os coletivistas (bakuninistas/aliancistas) já apontavam durante sua participação na AIT: 1) supressão do regime de assalariamento, com implantação de um sistema de relações mútuas baseadas na reciprocidade entre associações; 2) abolição da propriedade privada e regime de herança; 3) greve geral como estratégia de luta; 4) socialismo com livre federação (sem estado) e 5) contrário à estratégia de organização de partidos para disputa de eleições burguesas.

Os membros da Federação do Jura, na Suíça, formaram as bases do que chamamos de sindicalismo revolucionário a partir da experiência e saber fazer adquirido e das reflexões feitas por Bakunin e os membros da aliança, cuja perspectiva e se contrapunha à social-democracia. Isto é, “enquanto a tendência federalista e coletivista antiautoritária, defendia a luta em prol da destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo a partir do desenvolvimento da organização proletária autônoma como condição para emancipação dos trabalhadores, a tendência social-democrata reforçava a necessidade de conquista do Estado como dever do proletariado.” (FERNANDES, 2020). Conquista tal que se configuraria através de um partido, seja pela via reformista ou pela via revolucionária, que viria ser o leninismo.

No entanto, no congresso da AIT Antiautoritária em Saint-Imier na Suíça, onde se reuniu a maioria das seções da AIT de 1864, que foram anteriormente definidas as bases do sindicalismo revolucionário. A resolução aprovada no congresso defendia: 1) a destruição de todo poder político e 2) que o compromisso do proletariado deve ser com a revolução social e, por isso, é necessário se estabelecer fora da política burguesa. Foram nesse sentido debatido tanto necessidade de organização nacionais gerais quanto de ação e organização local de trabalho, que acabou por originar posteriormente as confederações, e a indicar a construção da greve geral com objetivo de promover uma insurreição geral, base para a revolução social, tese anarquista.

Dessa maneira existem historicamente diferentes propostas sindicais. No caso brasileiro as duas forças hegemônicas sindicais são o sindicalismo liberal/conservador, de estado, e o sindicalismo social-democrata. O sindicalismo revolucionário, que foi hegemônico no Brasil no início do século XX, encontra-se hoje em processo de reconstrução através da atuação de pequenos grupos políticos. Dessa maneira, a experiência hegemônica social-democrata acaba por se combinar com situação particulares e produzir determinadas práticas e saberes-fazer a nível micro local. Condição que será analisada a partir da luta das/os trabalhadoras/res do Cefet/RJ, nas próximas seções deste artigo.

A GREVE DE 2012: MARCO INICIAL PARA PENSAR UMA DÉCADA DE SINDICALISMO.

40

Nesta parte, analisaremos tanto os artefatos quanto às relações políticas através dos programas e documentos sindicais e a participação observante dos autores que propõem a análise dos processos e acontecimentos políticos que marcaram a luta sindical do CEFET/RJ em uma década.

Começaremos pela última grande greve da educação federal que aconteceu em 2012 e que foi organizada conjuntamente pelos três principais sindicatos nacionais da educação federal - o Andes, o Sinasefe e a Fasubra. São 10 anos. Elas aconteceram dentro de uma conjuntura de aumento das greves em todos os setores. Também aconteceu junto a Rio + 20 e as mobilizações contra obras, como a hidrelétrica de Belo Monte e da copa do mundo e olimpíadas. No caso das universidades, em particular, a greve começou da periferia para o centro. Universidades e campis do interior começaram a se mobilizar contra a precariedade das condições de trabalho dado ao ritmo de expansão das universidades serem feitos sem garantir efetiva qualidade de ensino e trabalho. Essa greve também se destacou pela participação de novas/os trabalhadoras/es da educação, recém ingressado nas universidades como professoras/es que passaram a participar ativamente da greve.

No caso do CEFET-RJ em específico, a categoria esteve neste contexto bastante mobilizada, mesmo não tendo uma tradição de organização sindical nem de participação no movimento paredista. No entanto, a categoria resolveu aderir ao movimento deflagrando a greve depois da ascensão do movimento e saindo ao primeiro sinal de declínio. Ainda assim, a adesão à greve foi um marco importante sinalizando o ressurgimento do movimento sindical local.

Até 2012, o movimento local recente estruturado ainda mantinha aspectos de um sindicalismo de estado, pouco horizontalizado, centrado na liderança pessoal e numa perspectiva de certa maneira conciliatória com a gestão local. Até então, reproduzia as diretrizes da linha política do andes cuja hegemonia se configura por uma frente partidária reformista e social-democracia. No Cefet/RJ, não tinha até idos 2013 uma disputa de concepção de sindicalismo no seu interior, fato que pode ser constatado com as mudanças programáticas e nas formas de se conduzir a luta sindical, tal como na participação dos militantes nas instâncias deliberativas do Andes no mesmo sentido, manifestando desacordo com a concepção sindical.

Neste contexto, a partir de um acordo entre as lideranças sindicais locais e as/os trabalhadoras/res surge o Sindicefet/RJ que, mesmo contrariando a estrutura sindical do Sinasefe, opta pela filiação apenas de técnico administrativos (TAe's) para não disputar a base com a Adcefet/RJ, secção sindical do Andes, sem qualquer discussão coletiva sobre a concepção sindical localmente ou nacionalmente.

Este e outros debates sobre sindicalismo passam a ser colocados nas instâncias deliberativas por militantes do sindicalismo revolucionário tendo apoio e ressonância entre os revolucionários de orientação marxista. A partir disso, algumas das principais lutas das/os trabalhadoras/es passaram não mais por uma perspectiva apenas de articulação entre TAes e docentes que já existiam antes, mas de propor instâncias duradouras de organização conjunta das/os trabalhadoras/es em comitês de mobilização local, incluindo os terceirizados, por fora da estrutura sindical, e para além da categoria, abrangendo as/os estudantes. Outro avanço neste contexto foi a política de

organização de base por local de trabalho (criação dos núcleos de base) que a estrutura do andes não previa, e que foi necessário pensar com a expansão da rede federal que levou a criação de campus no interior.

No entanto, tais avanços não foram realizados sem a preocupação acerca do controle do movimento e da possibilidade de criar desacordo com a linha sindical do andes, uma vez que se tinha uma prática de replicar as políticas e diretrizes do sindicato nacional, ainda que a estrutura deste sindicato esteja configurada por uma perspectiva de organização pela base e do assembleísmo local como instância primária de organização. Mas que não reflete a prática de centralização das decisões e diretrizes por uma frente reformista e social-democrata hegemônica.

Em 2015, no início do segundo governo Dilma Rousseff e ao fim do acordo de 2012 os sindicatos nacionais indicaram a construção de outra greve da rede federal de educação. No CEFET/RJ foi realizada uma grande assembleia que contou com mais de 400 presentes para debater a adesão da Adcefet/RJ ao movimento grevista. No entanto, a categoria não conseguiu deflagrar a greve em detrimento da aliança da Direção Geral com: 1) setores conservadores, 2) setores progressistas, em boa parte eleitores do PT, e 3) membros da gestão. Os primeiros e a gestão agiram orientados por uma ideologia antigrevista e segundo por uma tentativa de blindar o governo Dilma diante da crise política já instaurada no Estado. Fato que impossibilitou a militância e diretoria de disputar as concepções de greve e do movimento sindical limitando-se a acompanhar os atos e manifestações públicas.

Os outros momentos de ascensão do movimento sindical local foram durante a luta contra o ponto eletrônico, o ensino remoto em tempos de pandemia da COVID-19 e a intervenção federal do governo Bolsonaro no Cefet/RJ, entre os anos de 2019 e 2021. A luta pelo ponto eletrônico perdura até os dias atuais, mas teve maior mobilização entre os anos de 2015 e 2017, conseguindo frear a implementação apenas para os docentes. A mobilização contra do ensino remoto foi durante o ano 2020 e não conseguiu impedi-lo, mas garantiu uma política de assistência estudantil voltada para a inclusão digital e o acesso

dos estudantes à alimentação, tal como a redução do impacto da intensificação do trabalho através da redução do tempo de aula no ensino remoto, e outras reivindicações como a adoção de uma única plataforma e a qualificação técnica para o seu uso. A intervenção na direção geral do Cefet/RJ durou anos entre anos 2019 e 2021 sendo revertida através da mobilização, piquetes e bloqueios nos primeiros meses e, depois, nos tempos de isolamento social devido à pandemia, principalmente a partir das denúncias públicas em instâncias judiciais e parlamentares e nas redes sociais, do enfrentamento coletivo nos conselhos deliberativos da instituição por meio da participação on-line, momentos em que uma parcela considerável da comunidade acompanhava de forma remota e, por fim, através das ações judiciais.

43

Mesmo que correspondam a períodos de tempo diferentes e assumam dinâmicas específicas de luta, tais mobilizações ocorrem em momentos de ataque à carreira pública e de medidas que levariam à intensificação do trabalho, bem como de autoritarismo das gestões públicas, independente da condição de interventoras ou mesmo de eleitas, presentes em suas práticas administrativas, seja através da limitação da participação da comunidade escolar nas instâncias deliberativas e, conseqüentemente, nos assuntos de interesses coletivos, seja simplesmente pelo desrespeito às decisões das instâncias deliberativas institucionais que se encontram associadas às práticas de poder, como, por exemplo, de assédio moral, perseguições políticas ou antissindicais.

No mais, a reversão dos ataques as/os trabalhadoras/es foram feitas por meio do enfrentamento direto através das ocupações e piquetes e, ao mesmo tempo, das denúncias internas, demonstrando, então uma ruptura ainda que esporádica com as perspectivas centralizadoras, estadistas, tutelares, pessoalizadas e conciliatórias, hegemônica no movimento sindical.

Contudo, a mudança da prática sindical foi acompanhada também por uma modificação programática que acabou refletindo em um direcionamento, mesmo que lento, difuso e contraditório, para uma perspectiva mais classista e combativa

que se articulam de alguma maneira com critérios mínimos de autonomia.

No mais, os programas sindicais avançaram nesta linha de forma gradativa em três períodos: de 2015 a 2017, 2017 a 2019 e 2019 até o momento. As três primeiras direções sindicais foram assumidas por militantes orgânicos ou apenas próximos e simpatizantes de partidos do campo da esquerda reformista e eleitoral, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e contavam com uma base de militantes ativa do sindicalismo revolucionário como representantes de base. Nas duas últimas gestões, a composição foi ampla, mas em torno de um programa que dialogasse com acordos, ainda que mínimos e rebaixados, com a concepção de um sindicalismo revolucionário. Seguimos a apresentação dos programas:

44

A gestão 2015 – 2017: a ênfase do programa está em melhorar a comunicação sindical com a base e a participação dela no sindicato, fortalecer a luta contra os ataques à carreira dos ativos e inativos e a educação pública, ampliar a participação da seção sindical nos fóruns do sindicato nacional e promover a formação política. O apoiar e fomentar a luta conjunta não é central a proposta, embora indique construção de comitê e fóruns. Não há nenhum debate sobre concepção sindical e cultura política.

A gestão 2017-2019: a ênfase do programa está na importância da luta sindical contra os ataques as/os trabalhadoras/es da educação e em geral (reforma trabalhista e previdenciária) e a educação pública. O fortalecimento dos núcleos de base e a unificação da luta com os TAes através dos comitês de mobilização. As pautas gerais aparecem articuladas com as locais como, por exemplo, o combate ao assédio moral e a democratização do Cefet/Rj.

As gestões 2019-2021 e 2021-2023: no programa aparece um debate sobre concepção de sindicato e dos aspectos que configuram a crise do sindicalismo apontando para a construção de um método de organização através de comitês e núcleos de base. O terceirizado aparece como sujeito político havendo uma crítica à estrutura sindical corporativa que exclui

técnicos administrativos e terceirizados, bem como uma proposição de avançar num sindicalismo por ramo e não apenas por categoria profissional. Há uma crítica ao sindicalismo hegemônico social-democrata, a noção de sindicalismo de balcão e a representação política defendendo uma perspectiva de participação ativa e direta. A ênfase deixa de ser na carreira e no magistério, para uma pauta de organização pela base de todos os trabalhadores, de luta com o assédio, pela democratização institucional e de formação e comunicação sindical. Além disso, apresenta como elementos a articulação entre pautas locais e corporativas (do setor da educação) como outras mais gerais relacionadas aos mecanismos de dominação e opressão política da sociedade brasileira e a defesa dos direitos sociais, como, por exemplo, o genocídio do povo preto e indígena, a luta pela terra, a defesa do sus etc. Uma proposta de articulação política para além dos trabalhadores da educação em aliança classista com setores mais periféricos e precarizados e rurais da classe trabalhadora, através de uma política de mutualismo ou cooperativismo.

A partir da análise dos programas e do movimento, podemos afirmar houve um avanço progressivo em relação a concepção de sindicalismo e um tentativa de ruptura com uma perspectiva pessoalizada, corporativista e, em certa medida, estadista de sindicalismo, por parte das gestões sindicais, mas não totalmente porque o reformismo de esquerda, a apesar das críticas aos governos do PT, é a perspectiva que orienta tanto uma parcela significativa das direções sindicais como também dos militantes, da categoria e da base. A base sindical neste caso é bem difusa, diversa e contraditória, podendo ter entre seus componentes uma ligação tanto com o bolsonarismo quanto com o petismo, tanto uma perspectiva de sindicalismo de balcão como o recreativo e pelego. No mais, este avanço não acompanhou a organização de uma militância e categoria mais ativa em torno do movimento sindical e, as razões destes entraves e dissonâncias serão mais bem debatidas na seção a seguir.

A CONCLUSÃO: A SUBJETIVIDADE DA COGESTÃO DO ESTADO EM CONTRAPOSIÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE COMO CONSCIÊNCIA SINDICAL.

A polarização política e a escalada do neofascismo como resultado do esgotamento: 1) da política conciliatória da social-democracia e 2) do arranjo da abertura lenta e gradual de Golbery e Leônidas que se institucionalizou na constituinte de 1988 são importantes para entendermos a atual situação e conjuntura políticas. Nesse sentido, o sindicalismo propositivo desarmou a classe trabalhadora ao fortalecer a conciliação de classe, ficando à mercê das políticas públicas do partido no poder, no caso o PT. Acostumada ao saber-fazer da conciliação e gestão pública, abdicou de um programa socialista revolucionário, que abriu espaço para que as forças reacionárias e conservadores aparecessem como aquelas capazes de resolver a crise da república burguesa de 1988 que se estende até os dias de hoje numa conjuntura de avanço do ideário neoliberal.

46

A crise do sindicalismo deve ser não só pensada em função dos desafios colocados com as recentes modificações do mundo do trabalho no capitalismo e a incapacidade dos sindicatos lidarem com novas formas de dominação simbólica e de disciplinamento e controle social. Mas, ao mesmo tempo, relacionada à permanência de um sindicalismo de Estado, que apesar de ter parte de sua estrutura desmontada nos anos 1980, ainda apresenta resquícios estruturais e na prática articulados tanto a ideologia do populismo quanto à prática reformista do sindicalismo propositivo da social-democracia. Fato este que indica que o problema do sindicalismo não é apenas de ordem estrutural, mas também se manifesta por uma combinação de crise movimento e de direção.

As dificuldades de mobilização sindical no CEFET/RJ não são expressão apenas de configurações locais das quais assumem as lutas sociais, tendo uma relação direta com o saber fazer propositivo produzido pelo sindicalismo social-democrata e do populismo no movimento sindical e social que pretende conciliar os conflitos de classe e conquistar do Estado como caminho para amenizar as situações de subalternidade e de exploração que sujeitam a classe trabalhadora.

Iremos a partir das considerações feitas, analisar até que ponto as dificuldades locais de mobilização sindical são expressões de problemas já conhecidos da crise do sindicalismo e, quais seriam os fatores, caso existam, de ordem local. Ou, ainda, em que medida o local nos ajuda a colocar luz sobre os dilemas mais globais.

Avaliamos que as dificuldades de organização e mobilização sindical local podem ser refletidas a partir da combinação de múltiplos fatores como:

- a) falta de experiência política-sindical classista e combativa, oriundo de uma perspectiva hegemônica que assume uma posição reativa, deixando a luta política exclusiva dos partidos e no interior do congresso e das eleições;
- b) individualismo que se articulam com outros valores como competição, meritocracia e vaidade; e
- c) cultura da cogestão e de apoio à burocracia de estado.

Discorrendo pelos três aspectos acima.

O primeiro fala por si só. A experiência político-sindical na sua grande maioria no Brasil e no serviço público assume o reformismo como horizonte, sendo vista como um serviço, seja de benefícios, seja de ganhos, associada à transferência da ação-participação e da luta aos seus representantes. Por assim dizer, aquela experiência se orienta por um sindicalismo propositivo que constrói todo um saber fazer de conciliação de classe e produção de políticas públicas, portanto, de educar as classes trabalhadoras para um pensar e fazer política a partir da lógica do Estado. Esta perspectiva social-democrata de sindicalismo, como colocada pelos anarquistas e pelos sindicalistas revolucionários, desloca a luta para a disputa do Estado por via de algum partido político, que tem promovido como efeito a desmobilização da classe trabalhadora.

No CEFET/RJ isto não poderia ser diferente e é agravado por uma falta de tradição de ação política classista e combativa. Tendo outro agravante, a ausência de uma militância sindical ativa. O que há são sujeitos que gravitam em torno do sindicato porque entendem ser necessário dar alguma resposta aos

ataques à carreira do magistério e à educação pública, além de possuírem desacordos e conflitos com os projetos pedagógicos e institucionais e práticas autoritárias dos grupos de poder. No entanto, apesar das críticas não possuem disposição nem disciplina para a luta política mais sistemática e organizada, seja porque não se orientam por uma identidade de classe, isto é, não se veem como trabalhadoras/es, mas como funcionários públicos que assimilam a lógica da produtividade, meritocracia e da competição bem incorporada na cultura administrativa do serviço público e presente também na sociedade como todo por meio do culto exacerbado ao indivíduo, seja porque assimilam uma lógica do ativismo individualista que entende a luta como parte de uma expressão da própria singularidade.

No mais, podemos atribuir isto uma relação da gestão neoliberal da sociedade com os interesses no cotidiano da instituição. Ou seja, a preferência por realizar projetos, artigos e pesquisas assume grande centralidade, seja pela pressão avaliativa presente na carreira docente, seja pela construção de um status acadêmico. A saída coletiva é desacreditada e se deposita muita energia nas relações de proximidade e de favor entre gestores e trabalhadores. Dessa maneira o neoliberalismo como gestão da sociedade só ajuda a alimentar ainda mais tais práticas “meritocráticas”, criadas por uma subjetividade que associa noção de carreira aos valores-ideários de prestígio, competitividade, individualismo e meritocracia, muito presentes no pensar e fazer do funcionalismo público que é incentivada principalmente pelos gestores.

Além disso, estes grupos entendem a participação política quase como restrita às eleições e às propagandas em defesa de alguma liderança local ou geral populista, cuja imagem associa-se menos às características vistas como excepcionais, podendo, por exemplo, ser a competência técnica e burocrática, o carisma ou mesmo a oratória, e mais a uma prática política populista, que articulada a esta personalidade, é vista como capaz de promover mudanças e atenuar os ataques as/os trabalhadoras/es e protegê-los dos infortúnios. Sendo, para muitos, tal liderança uma espécie de salvador, messias ou algo do tipo.

Associado a isto, o sindicato é encarado como cogestor do Estado e orientado por uma prática conciliatória e de colaboração, que de certa forma tem como herança o novo sindicalismo que investiu tanto no saber fazer como um saber gerir as políticas públicas adquirido através da participação nas câmaras setoriais tripartite e nos conselhos municipais e estaduais, como meio de fazer política para a classe trabalhadora. Não é à toa que o sindicato é encarado por militantes como um caminho possível para gestão ou representação pública. Tendo no Cefet/RJ um agravante que é o fato da própria história da instituição se configurar por um papel central que teve de propositor de políticas públicas na área de educação para o setor empresarial, transformando-se num local de experimentação, portanto, de celeiro das políticas educacionais mais conservadoras, fato que foi capaz de imprimir uma cultura administrativa local forte de cogestão do Estado que se articula com uma perspectiva sindical desmobilizadora.

49

Fica muito evidente que no Cefet/RJ há mais força a ação política orientada para os interesses da gestão da instituição do que efetivamente a construção do movimento sindical local, nacional e internacionalmente. Sem efetivamente ter uma base sindical, mas na realidade tendo uma direção sindical com apoiadores. Não há nesse sentido um movimento sindical de militantes. Isso é, um limitador para ação sindical, pelo menos de orientação autônoma, classista e revolucionária.

Por fim, a tese central deste texto é que a perspectiva de cogestão e de participação direta na administração do Estado e suas instituições como técnicos ou representantes políticos da classe trabalhadora limitam a construção coletiva dos sindicatos e dos movimentos sociais e sindical. Além disso, acabam por promover um efeito quase nulo ou mínimo de transformação social por dentro do Estado e das instituições, que se alimenta seja pela visão ilusória de muitos que enfatizam o papel de denúncia, de controle ou de resistência por dentro, como o melhor caminho para mudança que, na maioria das vezes, resultam mais em cooptação do que em resistência, havendo uma relação tênue entre a cooptação e o controle, a criminalização dos movimentos contra hegemônicos e a construção da hegemonia e da dominação. Os casos em que os

representantes dos trabalhadores acabam por cumprir de fato o papel de denúncia e controle nunca está descolado de uma articulação, pressão ou denúncia pública encampada pelo movimento sindical de perspectiva mais radicalizada e combativa. Essa situação é resultado em certa medida de um saber-fazer sindical hegemônico que se verifica na participação dos sindicalistas e trabalhadoras/es na própria gestão e formulação de políticas públicas. Portanto, há uma determinada história do sindicalismo e cultura que atribui centralidades às eleições para o estado burguês como prática política (Castro, 2016).

A lógica (ideias, valores, ideologias, visões e percepções) que opera a ocupação e participação da gestão administrativa das instituições públicas, portanto, que orienta o comportamento político é a mesma adotada por muitos sujeitos, movimentos, partidos quando observamos a relação Estado, representação e participação política. A centralidade que as eleições e campanhas e a estratégia de ocupar os cargos representativos no Estado acabam tendo no pensar e fazer a política pelos grupos hegemônicos de esquerda – a social-democracia – dentro e fora dos movimentos sindicais e sociais produzem e reproduzem uma cultura política do centralismo e da representação, dificultando a construção de disposições mais horizontais, de autorrepresentação e de ação direta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO, Jr. Sindicalismo e política no Brasil. Campinas, Edição do IFCH – Unicamp, 2006.

_____. Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT. Editora da Unicamp, São Paulo, 2018.

BRANDÃO, Marisa. Das artes e ofícios ao ensino industrial: continuidades, adaptações e rupturas na construção da identidade do CEFET-RJ. Niterói: 1997. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1997.

_____. CEFET Celso Suckow da Fonseca e algumas transformações históricas na formação profissional. Trabalho Necessário. ISSN: 1808-799X, ano 7, número 9, 2009a.

51

_____. Metamorfose dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil: política de acesso ao ensino superior em um Estado burguês. Niterói: 2009. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009b.

BRUNOW, Vanessa de Oliveira. Politecnicidade, política pública educacional brasileira e a implantação do ensino médio integrado no CEFET-RJ: avanços e contradições. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CASTRO, Rômulo. Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2016.

CASTRO, Romulo; SILVA, Selmo. Coletivismo e Anarquismo na Suíça nos Tempos da AIT. In: Corriconde, Leon (org) Nós por Nós: Resistir e construir um mundo Novo. Editora O Lampião: Brasília-DF, 2020.

DURHAM, E. R. DURHAM, Eunice Ribeiro. “A sociedade vista da periferia”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 1, 1986, pp. 84-99.

_____. A família operária: consciência e ideologia. Dados - Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 201-214, 1980.

FERNANDES, Thales Alves Martins. A historiografia brasileira e o sindicalismo revolucionário. Editora Terra Sem Amos: Piauí- Brasil, 2020

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Trabalho e Ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea.

Em Debate: Revista Digital, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010. 23.

_____. Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da "Primeira Internacional"? In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin. Niterói, Editora Alternativa,, 2014.

GUILHAUME, JAMES. A Internacional. Documentos e Recordações 1. Editora Imaginário/ Faísca: São Paulo, 2009

LEVAL, Gaston. Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário. Editora Imaginário/ Faísca: São Paulo, 2007

MARCUS, George. O intercâmbio entre a arte e antropologia: como a pesquisa em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo da antropologia. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 N° 1.

_____. Entrevista com George Marcus- por Almeida, H.B, Rebouças L.M & Silva V.G. Cadernos de Campo, nº 3., 1993.

_____. 1991 "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade, no final do século XX a nível mundial". Revista de Antropologia, São Paulo, 1991, vol. 34: 197-221.

Negro, A.L, Gomes, F dos S.G. As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos. Revista on-line Outras Palavras, 2016. In. <https://outraspalavras.net/sem-categoria/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/>

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas. Cadernos do Leme, Campo Grande, vol. 1, n.0 1, p. 2, 27.jan/jun.2009.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

PELLOUTIER, Fernand. O Anarquismo e os Sindicatos Operários. Intermezzo Editorial: São Paulo, 2018.

SILVA, Selmo N. Greves e Lutas Insurgentes: a História da AIT e as origens do Sindicalismo Revolucionário. Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2017.

VASCO, Neno. Concepção Anarquista do Sindicalismo. Curitiba: TIE-Brasil, 2008.